

**CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 26. As análises fiscais referentes à água de abastecimento e aos produtos de origem animal serão realizadas em laboratórios credenciados na Rede Estadual de Laboratórios Agropecuários do Estado do Espírito Santo - Relagro/ES ou em Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

Art. 27. O estabelecimento agroindustrial é responsável pela qualidade de seus produtos, incluindo suas embalagens e rótulos, e somente pode expor à venda ou distribuir produtos que:

- I - não representem risco à saúde pública, não tenham sido fraudados, falsificados ou adulterados;
- II - tenham assegurada a rastreabilidade nas fases de recepção, fabricação, armazenamento e expedição;
- III - estejam rotulados e apresentem informações conforme a legislação pertinente, de forma correta, clara, precisa, ostensiva e em língua portuguesa.

Art. 28. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a realizar alterações orçamentárias necessárias para cobrir despesas decorrentes de execução do disposto na presente lei.

Parágrafo único. Quando definido que os serviços de inspeção municipal realizados por modelo de governança regional, por meio de consórcio público, a autorização de que trata o caput deste artigo aplica-se também cobrir despesas que serão realizadas por meio do consórcio público escolhido para execução dos serviços do S.I.M.

Art. 29. O Poder executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 30. Revoga-se a Lei n.º 794 de 04 de maio de 2017.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

São Roque do Canaã - ES, 21 de março de 2024.

MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1287539

LEI Nº 1.101 DE, 21 DE MARÇO DE 2024**DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 564/2009**

O PREFEITO MUNICIPAL de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o art. 83 da Lei Municipal nº 564/2009 de 02 de dezembro de 2009, que passará a conter a seguinte redação:

"Art. 83 A critério da Administração Pública Municipal poderá ser concedida, ao servidor estável, licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até 04 (quatro) anos consecutivos, podendo ser prorrogada por igual período."

Art. 2º. Fica alterado o art. 94 da Lei Municipal nº 564/2009 de 02 de dezembro de 2009, que passará a conter a seguinte redação:

"Art. 94 Cada servidor terá direito a requerer quantas licenças achar necessário, desde que o prazo máximo ou a soma delas, não ultrapasse o tempo máximo de 08 (oito) anos de licença."

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de março de 2024

MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1287541

LEI Nº 1.102 DE, 21 DE MARÇO DE 2024.**DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 406/2007**

O PREFEITO MUNICIPAL de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam criadas, na Lei Municipal nº 406, de 12 de junho de 2007,

- I - 2 (duas) vagas no cargo de provimento efetivo de Assistente Social, e
- II - 2 (duas) vagas no cargo de provimento efetivo de Nutricionista.

Parágrafo único. O anexo II (distribuição de cargos por grupo ocupacional e requisito para ingresso) da Lei n.º 406, de 12 de junho de 2007, a quantidade de vagas em relação aos cargos que especifica os incisos I e II do caput deste artigo ficam alterados conforme a seguir:

- a) Assistente Social fica alterada para 6 (seis) e;
- b) Nutricionista fica alterada para 4 (quatro).

Art. 2º. As despesas autorizadas na presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, 21 de março de 2024

MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1287543

Decreto**DECRETO Nº 7.012/2024**

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO COM A FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO IMEDIATA E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, DE PROFESSOR (ANOS INICIAIS-25 HORAS, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL), EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL, de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 57, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e considerando: